

# DEMOCRACIA E SERVIÇO SOCIAL\*

Rose Serra, coordenadora

## Resumo

A entrevista coletiva sobre Democracia e Serviço Social foi realizada com profissionais da área, protagonistas do movimento mudancista da profissão, no âmbito da organização política, da formação profissional e do exercício profissional, nas décadas de 1970 e 1980. Os eixos abordados centraram-se na contribuição dos assistentes sociais nas lutas pela redemocratização da sociedade civil e, em especial, sobre os marcos e resultados das mudanças efetivas desse movimento no Serviço Social. Entre esses produtos, destacam-se o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, que redirecionou o compromisso político da profissão; a criação da ANAS, Associação Nacional de Assistentes Sociais, em 1983, a entidade sindical autônoma da categoria; a aprovação do currículo mínimo pelo MEC, em 1982; o Novo Código de Ética Profissional, em 1986, e a sua reformulação, em 1993, que incorporou o compromisso profissional da categoria com a democracia, a liberdade e a justiça social; e a mudança, em 1993, da Lei de Regulamentação da profissão de 1957, que garantiu competências e atribuições privativas do assistente social.

**Palavras-Chave:** Organização Política; Categoria Profissional; Lutas Sociais; Redemocratização da sociedade civil.

## Abstract

The general interview about Democracy and Social Service occurred with area's professional workers, most of them come from the renewal movement which took place in the sixties and the seventies, where they demand changes in the political organizations as well as forming and professional exercise. The main stream is the contribution of social workers in the struggle for civil society re democratization and in special. The achievements and results that occurred in an effective long term scope. Among these, we must point out the III Brazilian Convention of Social Workers (1979) which reordered the political compromise of the profession, which created the ANAS ( National Social Workers Association), and in sequence many achievements as the autonomy of the syndicate in 1983, the recognition MEC (Education and Culture Ministry) in 1982, the New Ethic Professional Code (1986), its reformulation in 1993 - which established a professional compromise with democracy, freedom and social justice, the changing of the Professional Ruling Law (dated from 1957), which bring private attribution matters to social workers.

**Key-words:** Political Organization; Professional Category; Social struggle; Re democratization of civil society.

\*ENTREVISTA COLETIVA coordenada pela Profa. Dra. Rose Serra, membro do Comitê Editorial da Revista *EM PAUTA*. Prof<sup>ta</sup> adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

Uma nova história do Serviço Social no Brasil começa a ser escrita a centenas de mãos, a partir de 1970, com o Encontro de Teresópolis, o desencadear da versão brasileira do Movimento de Reconceituação. Em 1977, teve início o movimento de organização política dos assistentes sociais, sinalizando os primeiros passos do movimento mudancista da profissão.

A década de 1980 foi palco de manifestações de lutas através de múltiplas formas de organização política, tendo como fio condutor e objetivo principal a redemocratização da sociedade brasileira.

Nesse contexto, a organização política dos assistentes sociais, em nível nacional, foi um dos movimentos vigorosos, articulado aos demais sujeitos políticos coletivos, especialmente ao novo sindicalismo surgido na década anterior.

O enfrentamento da ditadura era o eixo principal nesses movimentos, mas foi no movimento sindical que se deu o embate mais aguerrido contra o regime militar, expresso emblematicamente nas greves do ABC, assim chamadas por conta da sigla dos municípios paulistas de Santo André, São Bernardo e São Caetano, nos arredores da capital, onde se concentrava o operariado fabril, dirigente principal dessa luta, movimento germe constitutivo do sindicalismo classista, base da criação da CUT, a Central Única dos Trabalhadores. É conveniente lembrar que esta Central foi ao lado do MST, o Movimento dos Sem-Terra, a expressão mais contundente do confronto de luta de classe vivenciado naqueles anos de chumbo.

Esse movimento mudancista do Serviço Social configurou a constituição de uma nova e explícita vontade política da categoria, iniciada no final da década de 1970. Aqui, o ressurgir dos movimentos sociais e a ascensão do novo sindicalismo classista no contexto da luta geral da sociedade civil em prol da redemocratização do país são referências principais de respaldo e motor de eclosão do movimento político dos assistentes sociais dessa época.

Por outro lado, também alguns fatores, de âmbito interno à profissão, são determinantes, em proporções diferenciadas, desse movimento de mudança da profissão. Em primeiro lugar, as repercussões e influências do Movimento de Reconceituação, sobretudo o seu momento final, a partir de 1975, que culminou com o repensar desse movimento e, como resultado dessa análise, a expressão de novas alternativas de prática profissional com referências teóricas nos marcos da tradição marxista. Nessa direção, afirma-se um segundo fator determinante, também interno, no seio da categoria, qual seja, o início dos cursos de Mestrado no Rio de Janeiro e em São Paulo e seus efeitos sobre a formação profissional, constituindo-se uma ferramenta de instrumentalização teórico-política da formação profissional, contribuindo para embasar e sustentar a ação política dos profissionais em termos dessa nova mudança. Tanto faz sentido tal pressuposto que, por exemplo, o Mestrado da PUC/RJ, em que pese sua direção não-marxista à época, congregou profissionais do Serviço Social, que tiveram acesso à literatura marxista, e vários deles ocuparam papéis-chave na organização política do Serviço Social. O terceiro fator interno que influenciou tais mudanças, refere-se ao perfil organizativo dos assistentes sociais. Até final dos anos 1970, a expressão político-organizativa da categoria, através de suas entidades, apresentava um cariz de lutas por status e reconhecimento profissional e ausência ou pouca expressão na luta sindical, por um lado, em razão de sua constituição majoritariamente feminina com características histórico-culturais de passividade e de desvalorização frente ao gênero masculino; seja por outro prisma, isto é, pelos elementos constitutivos da origem da profissão, inclusive a vinculação de emprego majoritária dos profissionais do Serviço Social ao Estado, o que causava limitações em termos da organização sindical, pelas razões históricas conhecidas de atrelamento sindical ao Estado, gerando a inexistência ou a fragilidade na organização sindical de categorias do funcionalismo público.

Assim, esses fatores internos e o rebatimento na profissão de fatores externos, ocorridos nessa conjuntura da ditadura militar, determinaram a gestão e eclosão desse movimento na profissão, entre eles, um dos mais próximos e desencadeante imediato, a perda dos níveis salariais e, conseqüentemente, o empobrecimento das camadas médias e da pequena burguesia, de onde se originava o assistente social, o que contribuiu para a sua inserção na organização política sindical daquela época. Esse foi um dos elementos que desenvolveram a consciência dos profissionais de sua não-condição de profissionais liberais, como rezava a compreensão sobre a natureza da profissão até então, mas sim de trabalhadores assalariados e, portanto, vitimados também pelo arrocho salarial imposto pelo modelo de desenvolvimento econômico do regime militar.

Tal conjuntura sócio-político-econômica vai justificar o desencadeamento das greves por categoria das camadas médias, em resposta a essa conjuntura, atingindo contingentes expressivos e importantes como as empresas estatais e setores do funcionalismo público, entre eles o do Serviço Social.

Enfim, começava a haver, no interior do Serviço Social, de maneira nova e explícita, uma relação orgânica da categoria com a sociedade civil. Essa relação se expressaria nos anos seguintes por meio da organização política dos assistentes sociais e da sua articulação com os órgãos e instâncias de lutas da sociedade civil, materializando, a partir do final dos anos 70, o que configurou mudanças na organização política da profissão, em todos os rincões brasileiros no espaço de 1978 a 1985, em que se dão, segundo Serra (1995), protagonista também desse movimento, os marcos de gestação, de eclosão, de linhas de organização e dos primeiros produtos coletivos das lutas da categoria desse processo transformador, sob a égide de um novo Projeto Político hegemônico da categoria, conforme os níveis e eventos correspondentes, expressos no quadro a seguir:

1) No Nível de Gestação:

- III Encontro de Entidades Sindicais em 1979, em São Paulo, que criou a CENEAS, a Coordenação Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais;
- XXI Convenção da ABESS, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, em Natal, em 1979, que aprovou a proposta do novo currículo mínimo para as escolas de Serviço Social;
- O Encontro Nacional de Capacitação Continuada, promovido pelo Centro de Estudos Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), com sede em Lima/ Peru, em 1979, no Rio de Janeiro, que articulou profissionais de todo o Brasil.

2) No Nível de Eclosão:

- O III CBAS – o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, em São Paulo, chamado de Congresso da Virada, que redirecionou o compromisso da política e da prática profissional dos assistentes sociais.

3) No Nível da Organização:

- a CENEAS – o seu funcionamento e papel em prol da organização político-sindical dos assistentes sociais;
- a XXII Convenção da ABESS, em 1981, em Vitória, que democratizou a estrutura da ABESS.
- o IV CBAS, em 1982, no Rio de Janeiro, que definiu a criação de uma instância nacional de organização sindical;
- a I Assembléia Nacional dos Assistentes Sociais, eleitos por representação em seus Estados em 1983, em Salvador, que criou a Entidade Sindical autônoma do Serviço Social, a ANAS, a Associação Nacional de Assistentes Sociais;

## 4) No Nível de Produto:

- A aprovação do Currículo Mínimo em 1982 pelo MEC.
- a XXIII Convenção da ABESS, que passou a ser Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, em 1983, em João Pessoa, que apresentou os resultados preliminares do Projeto da Pesquisa da ABESS: "A Formação Profissional do Assistente Social no Brasil - determinantes históricos e perspectivas";
- A II Assembléia Nacional dos Assistentes Sociais, em Diadema – São Paulo, em 1985, que filiou a ANAS à CUT, Central Única dos Trabalhadores, e
- O V CBASS, em 1985, em São Paulo, que produziu alternativas de políticas sociais articuladas aos movimentos populares como referências para a prática profissional do assistente social.
- O Novo Código de Ética Profissional, em 1986, que incorporou o compromisso da profissão com as classes populares.
- A Reformulação do Código de Ética Profissional de 1986, realizado em 1993, que reafirma o compromisso da categoria com a democracia, a liberdade e a justiça social.
- A mudança da Lei de Regulamentação da Profissão de 1957, que foi alterada em 1993, que, entre outras mudanças, assegurou competências e atribuições privativas do assistente social e alterou a denominação dos órgãos de fiscalização do exercício profissional para CFESS e CRESS, constituindo-os no seu conjunto uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa (SERRA,1995).

Frente a essa situação expressiva de mudança na categoria, a Revista *EM PAUTA* presta uma homenagem aos assistentes sociais brasileiros, que, em suas mais diferentes formas e graus de participação nas várias instâncias da profissão, contribuíram para concretizar as mudanças em nível de organização política, formação profissional e exercício profissional.

De lá pra cá, foram muitas lutas e conquistas. Hoje, pode-se afirmar que segmentos majoritários do Serviço Social constituem forças propulsoras das lutas pela cidadania e pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira.

É nessa perspectiva que a Revista *EM PAUTA* decidiu homenagear o Serviço Social brasileiro, que completa em 2006 setenta anos de existência. *EM PAUTA* convidou, assim, alguns profissionais que participaram, ao longo desses anos, das várias instâncias de lutas, enquanto protagonistas desse amplo movimento inovador, para fazer um balanço do mesmo, a partir de duas questões, apresentadas separadamente, com as respectivas respostas de cada assistente social entrevistada.

**1 - Como você vê a contribuição dos assistentes sociais nas lutas pela redemocratização da sociedade brasileira?****Em que terrenos você localiza essa participação política?**

.....**Luiza Erundina de Souza**<sup>1</sup>

O Brasil pós-64 foi marcado por um grave retrocesso institucional, em razão do golpe militar que afetou profundamente a sociedade brasileira em todos os aspectos, especialmente no político, com o fim da democracia e a instalação do regime militar que permaneceu por duas longas décadas.

<sup>1</sup> Deputada Federal do PSB (Partido Socialista Brasileiro), 2007/2010. Deputada Federal do PSB (Partido Socialista Brasileiro), 1999 /2002 e 2003/2006. Presidente da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo (APASSP), gestão 1978/1981. Coordenação da Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), gestão 1979/1981. Prefeita de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores, 1989/1992. Deputada Federal do PT, 1995/1998.

Na ditadura, as liberdades democráticas e os direitos humanos foram violentados, provocando heróica resistência que envolveu amplos segmentos da sociedade, particularmente os trabalhadores, cujas organizações sindicais foram fechadas, suas lideranças, perseguidas e seus dirigentes, cassados.

Os Assistentes Sociais, que atuavam junto à população pobre da periferia das grandes cidades, foram vítimas de desconfiança e de perseguição dos agentes da ditadura, que os vigiavam no ambiente de trabalho e, em alguns casos, foram punidos com demissão. Os “olheiros” do regime militar sabiam da influência e da força desses profissionais junto ao povo, conscientizando-o sobre seus direitos e estimulando-o a lutar por eles.

Diversos movimentos populares foram surgindo para reivindicar políticas públicas destinadas a atender seus direitos sociais e de cidadania. Lembraria, entre outros, o movimento contra a carestia; a luta dos moradores de favelas por ligação de água e luz em seus barracos e pela posse da terra que ocupavam; o movimento das mulheres por creches públicas; e tantas outras lutas que marcaram a vida de homens e mulheres do povo, naquele período, e que os tornaram sujeitos políticos, construtores da sua própria história.

Ao mesmo tempo em que participavam ativamente de todas essas lutas e movimentos, enquanto trabalhadores e como cidadãos, os Assistentes Sociais organizavam politicamente a própria categoria, criando associações profissionais e sindicatos para lutar por seus direitos e conquistar espaço de ação política na sociedade.

Vale lembrar ainda que os profissionais de Serviço Social, através de suas entidades de classe, participaram da criação da CUT – Central Única dos Trabalhadores – e das greves que aconteceram naquele período e que contribuíram para enfraquecer a ditadura militar e acelerar o seu fim.

Por tudo isso, ficam evidentes, a contribuição dos Assistentes Sociais ao processo de redemocratização do país e o protagonismo desses profissionais na história política brasileira nas últimas décadas.

**.....Maria Beatriz Abramides<sup>2</sup>**

O período de meados da década de 1970, ao final da década de 1980, representa para o movimento da classe trabalhadora um rico aprendizado de organização e lutas em que as mobilizações sociais e ações diretas avançam a consciência da classe. Os assistentes sociais, por meio da reorganização político-sindical se inserem no movimento sindical classista na ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais –, de 1978 a 1983 – quando é fundada a CUT – Central Única dos Trabalhadores.

Esse movimento, denominado de *novo sindicalismo*, irrompe uma perspectiva de lutas classistas, contra a ditadura militar e pela redemocratização do país em uma concepção e prática sindical orientadas às lutas imediatas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho e aos interesses históricos na luta antiimperialista, anticapitalista e socialista.

Os assistentes sociais se encontram *colados* aos movimentos sociais por intermédio das APAS – Associação Profissional dos Assistentes Sociais – e dos

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Coordenadora de Curso da Faculdade de Serviço Social da PUC/SP – 2005/2007. Presidente da APASSP, gestão 1983/1985. Diretora da CUT Nacional (Central Única dos Trabalhadores). Presidente da ANAS (Associação Nacional dos Assistentes Sociais), em suas gestões: 1985/1987 e 1987/1989. Vice-presidente da ABEPSS SUL II (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), gestões 2002/2004 e 2004/2006. Secretária da ALAIETS (Associação Latino-Americana de Pesquisa e Ensino em Serviço Social), gestão 2006/2008.

Sindicatos da categoria no plano estadual e regional e da CENEAS – Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais – de 1979 a 1983, quando é fundada a ANAS – Associação Nacional dos Assistentes Sociais – Federação Sindical Nacional, de 1983 até 1994, período de sua extinção bem como da quase totalidade dos sindicatos por deliberação da categoria organizada, que caminha na construção de sindicatos por ramo de atividade econômica de acordo com a decisão do Congresso da CUT de 1986.

A participação política da categoria se estabelece pela inserção de parcelas expressivas das direções sindicais no PT – Partido dos Trabalhadores – fundado em 1982 e que agrega parte significativa da esquerda em sua organização, por se constituir como um partido de massas, classista, independente que trazia a perspectiva socialista. No âmbito da formação profissional, o currículo de 1982 se orienta por uma perspectiva crítica de análise e compromisso com a realidade social a partir da luta por direitos sociais, rompendo com o conservadorismo. De outro lado, o Código de Ética de 1986 rompe com o neotomismo em sua clara definição do compromisso profissional com a classe trabalhadora.

.....**Maria do Socorro Cabral**<sup>3</sup>

O processo de resistência e luta contra a ditadura militar inseriu a exigência da redemocratização do país. Neste processo, a participação política dos assistentes sociais como sujeitos políticos engajados, ou como categoria organizada, deu-se em várias frentes. Assim, valorosos quadros profissionais e estudantis participaram da luta armada, atuando na clandestinidade no duro enfrentamento com a ditadura militar, na perspectiva da construção de um projeto emancipatório. No campo sindical, a reativação das entidades se dá a partir de 1977, nos marcos do novo sindicalismo com as lutas operárias do ABC paulista e de São Paulo, capital. Este processo organizativo inseriu-se na luta concreta e nos embates políticos e ideológicos travados na sociedade brasileira, bem como na luta específica da própria categoria, tanto em nível local como nacional. O conjunto das entidades sindicais da categoria, a ANAS e seus sindicatos e associações filiadas apoiaram e participaram de lutas mais gerais, tais como: lutas pela anistia, liberdade democrática, eleições diretas, reforma agrária sobre o controle dos trabalhadores, Assembléia Nacional Constituinte: livre, soberana e democrática, pela autonomia e liberdade sindical, direito de greve, construção de uma nova estrutura sindical proposta pelos trabalhadores, não ao pagamento da dívida externa, luta contra o arrocho salarial, a recessão e a inflação, além das lutas pelo direito à moradia, transporte, creche, carestia etc. É importante destacar, ainda, a decisiva contribuição para a organização dos servidores públicos em seus diferentes níveis, bem como a construção da Central Única dos Trabalhadores, desde a primeira hora. No campo específico é importante destacar o movimento pela justa posição dos assistentes sociais no Plano de Carreira dos servidores públicos, e a primeira pesquisa sobre salário e condições de trabalho que embasou a construção do projeto de Lei 4.645/1984, que dispõe sobre condições de trabalho, carga horária, salário e área de atuação dos assistentes sociais. Cabe ainda destacar o papel das entidades sindicais de assistentes sociais no III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, a partir da intervenção organizada, transformando-o *em um espaço vivo de debates, rupturas com posturas*

<sup>3</sup> Mestre em Serviço Social (PUC/SP). Diretora da FSS-SP (Faculdade de Serviço Social), gestão 2004/2008. Presidente da APASSP, gestão 1981/1983. Diretora da APASSP, gestão 1983/1985. Secretária da ANAS, gestões 1983/1985, 1985/1987 e 1987/1989. Diretora do Sindicato dos Previdenciários do Estado de São Paulo (SINDSPREV), gestão 1989/1991.

*conservadoras e é expressão do processo de luta política e social que se trava na sociedade brasileira naquele período (...) a categoria, ao firmar seu compromisso histórico com as classes trabalhadoras, deu um passo decisivo em seu projeto profissional.* Abramides e Cabral (1995, 194). A partir desse momento, a ANAS assume a organização dos Congressos posteriores, partilhando-a com a ABESS, depois ABEPSS, ENESSO – Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social e CFAS/CRESS, conferindo-lhes outra direção.

É importante destacar que esse processo de organização e luta da categoria forjou quadros que assumiram postos eletivos no âmbito do legislativo e do executivo. Entendo que o legado da ação político-sindical contribuiu para o posicionamento público e claro da categoria, na perspectiva da construção do projeto ético-político, com clara direção social. Outra contribuição está na constituição da identidade do assistente social, como trabalhador que vende sua força no mercado de trabalho da mesma forma que os demais trabalhadores, além do legado de uma cultura democrática que foi exercida nos fóruns da ANAS e de seus filiados.

**.....Regina Marconi Franco<sup>4</sup>**

Na sociedade brasileira, a gestação de movimentos dispersos, localizados, ocorreu em toda a década de 1970, como resistência à ditadura militar implantada desde meados dos anos 60. No Serviço Social as sistematizações teórico-práticas de crítica ao sistema vigente veiculadas na América Latina dependiam, aqui no Brasil, de contatos com profissionais que faziam parte da ALAES, depois ALAETS – Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social – e do CELATS – Centro de Estudos Latino-Americano de Trabalho Social. A troca de experiências significativas era extremamente restrita, face à repressão vigente e conseqüentemente só ocorria entre grupos e/ou profissionais de extrema confiança. No final dos anos 70 quando começa a ocorrer, em todo o país, a articulação da oposição que inicia a derrubada do regime militar, se dá a conexão interna de grupos significativos no interior do Serviço Social e um marco é o Encontro Nacional do CELATS, em agosto de 1979, realizado no Colégio Assunção, em Santa Teresa. Naquele momento, o contato entre experiências, sistematizações, Associações Profissionais e Sindicatos, mestrandos, docentes e profissionais gerados na luta contra o sistema político ditatorial permite a eclosão de um movimento também em 1979, que passa pela criação da CENEAS e vai desembocar no III CBAS. Esse movimento inicia a democratização de todos os espaços e relações no interior do Serviço Social e, por si só, já gera um efeito multiplicador na sociedade. Se o processo é base e determinante das situações e seus agentes, estes são fundamentais na direção e no encaminhamento desse mesmo processo.

A meu ver, o movimento ocorrido no interior do Serviço Social através de suas organizações sindicais locais e nacionais como a CENEAS e, posteriormente, a ANAS, que fortaleceram e criaram uma parceria significativa com o movimento docente e discente, atuou fortemente em duas direções principais. A primeira, no fortalecimento e na formação de agentes que se disseminaram nas inúmeras lutas travadas na sociedade exatamente pela peculiaridade de a profissão atuar nos mais diferentes espaços e trabalhar com as mais diversas questões sociais. A segunda, com uma nova direção política, abertura e formação das entidades sindicais da categoria, em um momento na qual os partidos políticos existentes eram tutelados e os espaços

<sup>4</sup> Artista Plástica. Presidente do SASERJ (Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro), gestão 1980/1982. Presidente da ANAS (Associação Nacional dos Assistentes Sociais), gestão 1983/1985. Diretora da Faculdade de Serviço Social da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), gestão 1988/1891.

de discussão restritos, a categoria pôde participar e receber em seus espaços movimentos sociais desde as lutas das Associações de Moradores até movimentos de massa nacionais como as Diretas Já, grupos de oposição às diretorias pelegas incrustadas na maioria dos sindicatos; acolher e participar da direção de greves específicas e gerais, participar dos mais diversos movimentos de apoio político e financeiro de tantos quantos necessitassem de estrutura, discussão e respaldo na luta pelos seus direitos e pela derrubada do regime militar, e construir bases de organização democrática de âmbito nacional, como a CUT e partidos políticos.

Nós, que éramos tão dispersas durante os anos 70, tão poucas nas colinas de Santa Teresa em 79, nos tornamos, enquanto durou, um dos movimentos de categoria mais fortes e atuantes na redemocratização deste país.

.....**Marlise Vinagre**<sup>5</sup>

Três fatores foram decisivos para o direcionamento profissional às lutas pela democratização no país a partir da década de 1970: a laicização do Serviço Social, o contato com o ideário progressista ou revolucionário e a mudança na composição da profissão – que passa a ser integrada por pessoas oriundas de setores mais pauperizados e de extratos pardos e negros da população. A partir dos anos 70, as(os) assistentes sociais, mesmo com o contexto ditatorial, começam a adensar seu horizonte analítico-crítico e assumir a importância de sua participação político-cívica. Esta participação se expressa sobretudo na militância católica (JEC – Juventude Estudantil Católica e JUC – Juventude Universitária Católica) e sindical na CUT e na ANAS, na luta por melhores condições de vida, trabalho e salário. Além da contribuição na militância católica e sindical, as(os) assistentes sociais estiveram presentes na militância partidária. A presença nos partidos políticos de esquerda ocorreu no contexto de esgotamento do regime militar e, surgimento de novos partidos, tais como o PDT– Partido Democrático Trabalhista e o PT – Partido dos Trabalhadores, oriundo dos movimentos operários do ABC. Embora a militância de esquerda na categoria fosse numericamente minoritária, sua presença espalhou-se por quase todos os campos da política, inscrevendo-se também no interior do movimento social. Nesta esfera, cabe destacar sua presença no movimento pela anistia, nas associações de bairro e nos movimentos de mulheres, que defenderam “bandeiras” contra a carestia, contra a violência e a tortura, pelo direito a creches, à moradia e outros. Inseridas(os) nos partidos, no movimento sindical classista, nos Conselhos, nos movimentos sociais, de mulheres e de negros, e nas associações de moradores, as(os) assistentes sociais engrossaram o movimento *Diretas já*. Em 1986, estavam acompanhando, através de diferentes frentes, o processo constituinte. Participaram das Conferências Nacionais de Saúde, contribuíram para a implementação do SUS – Sistema Nacional de Saúde e do PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Ajudaram a escrever a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social e o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Estiveram à frente dos debates e das lutas pela implementação de políticas afirmativas, na perspectiva de assegurar igualdade de acesso a oportunidades para grupos em situação de desvantagem social, como as mulheres e os negros. Ocuparam cargos no poder legislativo e no executivo; inclusive no primeiro escalão, como na Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, com status de Ministério, no atual governo Lula.

<sup>5</sup> Doutora em Ciências Sociais - PUC/SP. Professora-Adjunta da ESS - UFRJ (Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Vice-Presidente do CRESS (Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro), gestão 2005-2007. Presidente do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), gestão 1990/1993. Diretora do Conselho Federal de Serviço Social, gestão 2002/2005.

Resta saber, em um contexto de continuidade neoliberal, como prosseguir construindo a democratização do país, garantindo a autonomia frente aos governos e a consolidação dos princípios plasmados no projeto ético-político construído nas três últimas décadas.

.....**Maria Berenice Couto**<sup>6</sup>

A categoria dos Assistentes Sociais, através de suas formas associativas e organizativas, teve um papel protagonista no movimento pela redemocratização, tanto na condição de protagonista político quanto na condição de categoria aliada aos movimentos sociais, na luta pela democratização, na luta pela garantia de direitos no Brasil.

Assim, incorporou-se ao movimento da sociedade brasileira por uma nova Constituição e para além dela o movimento pelas leis ordinárias que consolidaram os direitos constitucionais. A luta pela Seguridade Social e pelo Estatuto da Criança e Adolescente pode ser emblemática nessa contribuição. Uma luta feita em conjunto com os movimentos sociais, consolidando-se assim como partícipe da classe trabalhadora brasileira e em consonância com os interesses dessa classe. Portanto, a luta pelo acesso à saúde universal e pela garantia da previdência social, como políticas sociais fundamentais, representa parte dessa luta política.

Porém, penso que é necessário localizar nesse movimento a importância fundamental dos Assistentes Sociais na regulamentação da última política do tripé da Seguridade Social que foi assegurada: a Assistência Social. Ao lutar pela garantia de uma política pública de Assistência Social, os trabalhadores assistentes sociais realizaram também uma trajetória de amadurecimento na compreensão dessa política como campo da emancipação política de uma parcela importante da população, para a qual somente a tutela e o favor eram oferecidos como forma de atendimento de suas demandas. Nesse campo, evado de pré-conceitos, preconceitos, inclusive por parte dos assistentes sociais, em que o clientelismo político era a forma de sociabilidade aceita, o debate sobre direitos sociais e protagonismo da população vem a incorporar uma exigência de formação sólida e de confirmação dos instrumentos legais da profissão, entre eles o Código de Ética, para que a política pudesse galgar o patamar de pública e de acesso a todos que dela necessitassem. Exigiu rever os valores centrais com os quais trabalhávamos com a população mais empobrecida e permitiu que fossem incorporados a essa discussão os demais trabalhadores sociais. Enfim, tentou recolocar os usuários da Assistência Social como partícipes da classe que vive do trabalho, e a política na condição de ser mais uma a oferecer elementos na perspectiva da emancipação política, necessária ao fortalecimento da democracia, a uma parcela significativa da população brasileira que antes estava fora.

.....**Marieta Koike**<sup>7</sup>

As questões começam bem formuladas ao interrogar sobre a *contribuição* dos assistentes sociais na resistência ao autoritarismo e às desigualdades de classes na sociedade brasileira.

A idéia de contribuir supõe limites, possibilidades, determinações – objetivas e subjetivas. Indica *tomar parte* em processos coletivos, afastando

<sup>6</sup> Doutora em Serviço Social pela PUC/RS. Coordenadora do Programa de PG – FSS/PUC/RS. Presidente do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), gestão 1993/1996. Diretora da ABEPSS, gestão 2004/2005.

<sup>7</sup> Profª Adjunta do DSS/UFPE (Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco). Doutoranda em Serviço Social – DSS/UFPE. Coordenadora Nacional de Graduação da ABEPSS – gestão 2005/2006. Presidente da ABEPSS (gestões 1994/1995 e 1996/1997).

desse modo, qualquer idéia sobre considerar-se único ou mesmo principal protagonista nesses processos.

Com essa reflexão inicial, queremos definir contornos à presença dos assistentes sociais brasileiros nos movimentos pela (re)democratização e igualdade social no país, nas três últimas décadas.

Assim entendido, nossa avaliação é de que os profissionais do Serviço Social no Brasil têm lugar garantido na história das lutas sociais que se iniciam nos anos 60, com as mobilizações em torno das reformas de base, sumariamente interrompidas pelo golpe militar, em 1964.

Para nós do Serviço Social, foi durante a ditadura que vivenciamos o Movimento de Reconceituação da profissão na América Latina e a curta experiência do que veio a se chamar “Método BH”, na primeira metade dos anos 70. Experiência essa também abortada pelo regime autoritário.

Com esses processos, o campo profissional faz as primeiras aproximações à teoria social crítica, iniciando o movimento teórico-prático e ético-político contra as raízes conservadoras da profissão.

Vários acontecimentos dão visibilidade a esse momento do Serviço Social no país, embalados pelas lutas de resistência na sociedade brasileira.

Assim é que na reanimação das oposições sindicais, com as primeiras greves no período militar, os assistentes sociais “viram a mesa” do seu III Congresso Brasileiro, em 1979, e, sob a direção de suas entidades organizativas, realizam processos de revisão curricular (o *Currículo/1982*) e do Código de Ética Profissional, em 1986, ambos pela primeira vez inspirados na matriz marxiana. E, mesmo considerando as dificuldades de concepção em ambos os documentos, eivados de positivismo e ecletismo, são inegáveis os avanços no debate, na investigação, nas práticas e nas iniciativas de organização do campo profissional.

Em todos esses processos, “a intenção de ruptura” ganhava densidade, apesar das dificuldades apontadas no trato com a teoria social crítica.

É também dessa década a inserção do Serviço Social na instituição universitária pública e as primeiras incursões na pós-graduação. Abre-se caminho para a qualificação de quadros profissionais, para a pesquisa e a produção de conhecimento na área das Ciências Sociais.

Os anos 80 são especialmente fecundos para a retomada da democratização no país e para o Serviço Social brasileiro. Os processos de mobilização pela anistia política recém-conquistada, a criação de novos partidos e posteriormente a luta pelas Diretas Já e pela Constituinte indicam a crise terminal da ditadura. Na profissão, os assistentes sociais cada vez mais se “descobrem” trabalhadores, igualmente assalariados e precarizados, como, em geral, os usuários das instituições junto às quais exercem seu trabalho profissional. E se o debate e embate que esta “nova” condição suscita politiza o campo profissional, ao mesmo tempo radicalizam-se as exigências com o comprometimento com o projeto democrático-popular que setores organizados da sociedade civil vislumbram para o país. Setores engajados nas lutas populares enfrentam o duplo desafio da militância política contra o autoritarismo, o recrudescimento da questão social, o aprofundamento das desigualdades sociais de classes no país e a renovação crítica das suas estruturas acadêmicas (se fosse o caso), profissionais, corporativas e organizativas, no sentido de aproximá-las às reais necessidades da sociedade brasileira.

.....**Maria Carmelita Yazbek**<sup>8</sup>

Para uma análise da contribuição do Serviço Social nas lutas pela redemocratização da sociedade brasileira, considero necessário, em primeiro lugar, situar a profissão no contexto de transformações societárias que caracterizam a sociedade brasileira nos últimos anos. Tempos difíceis, em que a economia e o ideário neoliberal intensificam as desigualdades sociais com suas múltiplas faces. Tempos que trazem uma nova sociabilidade e uma nova política, em que a *surpresa*, como diz a professora Maria Célia Paoli, é o fato do que se pretendia alternativo ainda se inscrever na agenda neoliberal. Trata-se de um cenário de mudanças que vem interpelando o Serviço Social particularmente sob dois aspectos: as novas manifestações e expressões da questão social e os processos de redefinição dos sistemas de proteção social e da política social em geral que emergem nesse contexto.

Sob os impactos dessas transformações que já interferem no cotidiano de seu trabalho, os assistentes sociais brasileiros vêem-se diante de novas demandas, atribuições e competências, assim como deparam-se com modificações que ocorrem em seu mercado de trabalho e em sua condição de assalariados. Enfrentam a exigência de avançar na pesquisa e de construir novos conhecimentos teórico- metodológicos e técnico-operativos, e sobretudo assumem importante protagonismo na disputa pelos sentidos da sociedade, no contradesequilíbrio de direitos cuja regulação vai passando para espaços do mundo privado; na construção de parâmetros capazes de deter a privatização do público; e na perspectiva de construir a hegemonia das classes que vivem do trabalho em nossa sociedade.

Com os processos descentralizadores das políticas sociais, vemos crescer para estes profissionais demandas por ações de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas. Os Fóruns e Conselhos de defesa de direitos e de controle social das políticas públicas também destacam-se como espaços nos quais o protagonismo dos assistentes sociais na defesa da justiça, da democracia, da cidadania e de direitos se faz notar.

São os assistentes sociais que estão na frente das lutas pelos direitos das crianças e adolescentes assegurados pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; na defesa da qualidade das políticas sociais de um modo geral. São os assistentes sociais que estão implementando o SUAS, enfrentando inúmeros desafios, entre os quais destacamos a consolidação e a democratização dos Conselhos e dos mecanismos de participação e controle social; a organização e o apoio à representação dos usuários; a participação nos debates e na elaboração de diagnósticos sobre a realidade social dos municípios; o monitoramento e a avaliação da política; o estabelecimento de indicadores e padrões de qualidade e de custeio dos serviços; contribuindo para a construção de uma cultura democrática, do direito e da cidadania e enfrentando o velho conservadorismo que ronda nossas políticas sociais.

Em síntese, é inserido nesse contexto, convivendo cotidianamente com a violência da pobreza e com as incontáveis faces da exclusão social, que o assistente social trava o embate a que se propõe: o de construir um projeto ético político na direção de outra sociabilidade que não a capitalista, mais justa, mais igualitária e capaz de refundar a política como espaço de criação e generalização de direitos.

<sup>8</sup> Professora da PUC/SP, membro do Conselho Científico da Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Nacional de La Plata – Argentina. Representante da Área de Serviço Social na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Presidente da ABESS (Associação Brasileira de Serviço Social), gestão 1983/1985. Diretora do CFESS (Conselho Federal de Assistentes Sociais), gestão 1990/1993. Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, gestão 1994/1995.

**2 - A partir de 1970, o Serviço Social começou o seu movimento de mudança, com repercussão na organização política, na formação profissional e no exercício profissional. Trinta e cinco anos após o início desse processo, que balanço você faz dessas mudanças, os principais marcos, os resultados e perspectivas?**

.....**Luiza Erundina de Souza**

O Serviço Social como prática social e como profissão é resultado do processo sócio-cultural em cada espaço e em determinado contexto histórico, ou seja, é um produto histórico-social. Assim sendo, adquire feições e peculiaridades que se expressam no seu referencial teórico e no projeto profissional. Ao mesmo tempo, recria e atualiza seu instrumental de análise e de intervenção na realidade. Tudo isso é pressuposto da ação profissional como práxis social.

O Serviço Social foi, a meu ver, uma das profissões mais impactadas pelos fatos que marcaram os últimos 35 anos da nossa história. Antes de tudo, porque sofreu e, em certo sentido, promoveu uma ruptura entre seu passado e seu presente.

No passado, a profissão se caracterizou, predominantemente, por posições reativas e de adaptação passiva à realidade na qual atuava. O presente, marcado por um processo sócio-político que exigia posicionamento e definição clara de compromisso face aos interesses sociais em disputa. De um lado, os interesses das classes dominantes, representados e defendidos pelo Estado e por suas instituições. De outro, os da maioria da população excluída econômica, social, cultural e politicamente e os Assistentes Sociais mediando esses interesses contraditórios na condição de agentes institucionais com delegação para desempenhar esse papel.

Com a ampliação do acesso dos jovens das classes populares ao ensino universitário, ocorreu maior diversidade social em algumas profissões, entre elas, a de Assistente Social. Esse fato, na minha opinião, contribuiu para que os Assistentes Sociais tomassem consciência da contradição fundamental da ação profissional: profissionais das classes populares administrando e reproduzindo interesses das classes dominantes.

Além disso, a origem de classe e a condição social dos novos Assistentes Sociais contribuíram para que percebessem as contradições da profissão e passassem a se perguntar: "A serviço de quem nós estamos?". Aos poucos, esse questionamento deixou de ser apenas uma inquietação individual e chegou aos espaços de discussão e reflexão profissional, o que suscitou uma tomada de consciência coletiva e, conseqüentemente, um posicionamento autocrítico ético-político. Este, por sua vez, passou a influenciar e a exigir mudança do Serviço Social como projeto histórico-social, orientador da formação e da prática profissional, e também foi influenciado pela inserção dos Assistentes Sociais no processo de mobilização e organização política dos setores populares em defesa dos seus direitos e interesses.

Ao mesmo tempo, os Assistentes Sociais foram se organizando politicamente em defesa dos seus direitos como trabalhadores. Daí começam a surgir as primeiras associações profissionais que, posteriormente, transformaram-se em sindicatos.

Outro processo importante na organização política dos Assistentes Sociais e na construção do seu protagonismo no processo de mudança da sociedade brasileira foi sua participação nos movimentos sociais do campo democrático popular que se mobilizaram e se articularam em torno de um projeto político de sociedade, construído coletivamente e que supunha profundas transformações e uma nova cultura política. Esse projeto configurou um ciclo histórico que se encontra em fase de esgotamento evidenciado na atual crise político-institucional e

que coloca novas exigências para os sujeitos políticos coletivos que precisam repensar sua ação em todos os seus aspectos.

Assim sendo, cumpre ao Serviço Social, como uma expressão da sociedade brasileira e enquanto área de conhecimento e de ação profissional, atualizar seu quadro de referência teórico e reciclar seus instrumentos de análise e de ação, com vistas a adequá-los às novas exigências de uma realidade complexa e em acelerado processo de mudança. Quanto aos Assistentes Sociais, como profissionais e enquanto sujeitos coletivos de ação política, urge que repensem seu papel e a contribuição que poderão dar à construção de um projeto político de sociedade, capaz de consolidar e ampliar as conquistas democráticas e de fazer do Brasil uma nação justa, livre e soberana.

Finalmente, a comemoração dos setenta anos do Serviço Social brasileiro é uma oportunidade para se fazer um balanço dessa longa trajetória; refazer os caminhos percorridos; e traçar novas pistas para o futuro, movidos pelo mesmo sonho e pela mesma utopia que inspiraram e sustentaram os que construíram os alicerces dessa história.

.....**Maria Beatriz Abramides**

O III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, o conhecido *congresso da virada*, é a referência coletiva e pública do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, definindo sua direção sóciopolítica estratégica voltada ao compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

A década de 1990, confere maturidade teórica ao projeto profissional de ruptura, tributário do legado marxiano e da tradição marxista, e reafirma a profissão inscrita na divisão sóciotécnica do trabalho, no âmbito da produção e da reprodução das relações sociais no capitalismo.

Ao longo destes 35 anos de renovação profissional e trinta anos de projeto profissional como *processo de ruptura* com o conservadorismo, embates e polêmicas teóricos e políticos estiveram (e estão) presentes no debate profissional. Nas lutas contra a ditadura, pela redemocratização do país e por direitos sociais e trabalhistas, nas décadas de 1970 e 1980 e na luta contra o neoliberalismo a partir de 1989 e na defesa dos direitos historicamente conquistados e por sua ampliação, em um momento de destruição das conquistas sociais frente à ofensiva do grande capital que se expressa por meio da *acumulação flexível, do neoliberalismo e da pós-modernidade*, nas esferas da produção social, da reprodução e da cultura.

O balanço deste período é o de que a categoria profissional, por meio de suas entidades representativas nos âmbitos da organização político-sindical, da formação e do exercício profissional, articuladas à organização estudantil, consolidaram o projeto profissional de ruptura que a partir da década de 1990 se denomina *Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro*. Este projeto profissional é fruto de luta e de conquista de hegemonia no interior da profissão e estabelece uma dimensão teleológica (por sua finalidade social) e ontológica na luta por uma sociedade sem exploração e dominação de classe, de gênero, raça, etnia, pela livre orientação sexual, na superação do capitalismo para uma sociedade emancipada de indivíduos sociais livremente associados.

Nesse sentido, podemos apresentar como avanços e desafios da organização político-sindical, a gênese e a inflexão do projeto de ruptura pela direção sóciopolítica voltada ao compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. O desafio que ainda se coloca é o *da transitoriedade inconclusa* da organização sindical para o ramo de atividade em que demandas do trabalho se

apresentam para as entidades da formação e do exercício profissional exigindo estratégias mais efetivas para o seu encaminhamento.

No âmbito da formação profissional, por meio da ABESS, atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, as lacunas do currículo de 1982 são superadas pelas diretrizes curriculares em 1996, que têm como fundação sócio-histórica da profissão as múltiplas expressões da Questão Social e o trabalho como categoria fundante do ser social. O desafio em 2006 está sendo sistematizado nas oficinas nacionais descentralizadas de avaliação da implantação das diretrizes curriculares para avançar no *processo de ruptura* profissional. As lutas contra as contra-reformas do Estado, da previdência social, sindical e do ensino superior: mestrados profissionalizantes, cursos seqüenciais, educação à distância para os cursos de formação (graduação, mestrado e doutorado) têm sido lutas de resistência.

No âmbito do exercício profissional, com o conjunto CFESS-CRESS, avançou-se com o Código de Ética de 1993, por meio de seus princípios fundamentais: liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, na clara vinculação do projeto profissional ao projeto emancipatório; bem como em 1993, pela nova lei de regulamentação da profissão,

Um dos grandes desafios atuais é o de manter *a autonomia e a independência* das entidades da categoria em relação a qualquer governo, como sempre defendemos. No momento em que assume o governo do país um partido, o *PT - ao* qual parte expressiva da vanguarda organizativa da categoria esteve historicamente vinculada – e que rompe gradativamente com seus objetivos do início da década de 1980, passa à hegemonia social democrática nos anos 90 e dá continuidade ao neoliberalismo a partir de 2002, esta tarefa torna-se ainda mais desafiadora. A direção sóciopolítica do *processo de ruptura* deve se ancorar em um novo reordenamento político-organizativo, em uma frente única classista, antiimperialista, anticapitalista e socialista no âmbito das lutas sociais.

**.....Maria do Socorro Cabral**

O processo de renovação do Serviço Social brasileiro é um processo de rompimento com o conservadorismo, cuja expressão social pública se deu no III CBAS, em 1979. Essa renovação caracterizou-se por um movimento crítico e plural presente no âmbito da formação, do exercício profissional e da organização política dos assistentes sociais. Dois marcos são importantes: a reativação do movimento sindical brasileiro e, no campo teórico, a aproximação com a tradição marxista e o próprio legado marxiano, resultando no redimensionamento teórico e ideopolítico no trato da profissão. Este processo de renovação é tributário de condições históricas geradas pela consolidação do capitalismo maduro. Não se pode esquecer que, na origem desse processo, está o *Movimento de Reconceituação*, desenvolvido no continente latino-americano. Nas décadas de 1970 e 1980 o Serviço Social aproximou-se dos textos clássicos marxistas, o que lhe permitiu uma compreensão da historicidade da profissão, evidenciando o seu caráter contraditório e sua condição de partícipe do processo de reprodução social. Esse amadurecimento intelectual e o protagonismo das entidades ABEPSS, CEFS/CRESS e ENESSO concorreram para a construção do projeto ético-político e levaram à compreensão de que, em sua base, o Serviço Social participa do trabalho coletivo, inscrevendo-se na divisão sócio-técnica do trabalho. O processo de debate sobre a formação deságua no Currículo de 82 e nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, liderado pela ABEPSS. Como eixo central, essas Diretrizes apontam a *questão social como base*

sóciohistórica fundante da profissão e focar o exercício profissional como partícipe do processo e relações de trabalho, o que significa, sem dúvida, um salto teórico em relação à proposta anterior. Hoje, sob a coordenação da ABEPSS, desenvolve-se um extenso processo de avaliação dessa implantação, com a realização de uma pesquisa nacional pelas Unidades de Ensino. Relembro que o momento de aprovação deu-se em uma conjuntura adversa demarcada pela Reforma do Ensino Superior e pelo próprio Plano Nacional de Educação e, mais recentemente, pelo Projeto Universidade para Todos, cujos efeitos se fazem sentir no aumento significativo das Unidades de Ensino de caráter mercantil. No que se refere ao exercício profissional, a nova Lei de Regulamentação e o Código de Ética são expressões dos avanços dos debates profissionais ocorridos. Nos anos 90 vamos registrar mudanças societárias de monta, com o projeto neoliberal, com repercussões na precarização da rede de proteção social, na inviabilização de direitos, pela desresponsabilização do Estado frente às Políticas Sociais. A reestruturação produtiva, que incide sobre o processo de trabalho, precariza as relações de trabalho e amplia, em larga escala, o trabalho informal, o que vem configurando uma dramaticidade às manifestações da questão social. Assim, podemos dizer que o Serviço Social, novamente, é instigado a se debruçar sobre as expressões dessas precarizações, nesse quadro de financeirização do capitalismo, em que o próprio assistente social tem sido duramente afetado, tanto na sua inserção profissional na esfera pública como na privada. Uma das expressões mais cruéis desse processo foi o desmonte do Serviço Social Previdenciário. Apesar do processo de resistência nessa instância, não houve reversão na situação. É importante frisar que essa contra-reforma, a despeito de agudizar a questão social – ao esgarçar a rede de proteção social – encontrou a profissão com um acervo teórico-metodológico consistente, o que permite ao assistente social uma análise crítica que o instrumentalize para compreender a face de financeirização do capital. Permite, ainda, que crie novas estratégias vinculadas à perspectiva da emancipação humana, como possibilidade de resgate da cidadania em outra dimensão.

#### .....Marlise Vinagre

A década de 1970 configurou um cenário de possibilidade de construção de um processo de revisão crítico-renovadora no interior do Serviço Social, impulsionado pelo que Netto denomina vertente de “intenção de ruptura”. Este processo foi posto em curso, seja pelo contato com correntes filosóficas progressistas, seja pelo início de aproximação com análises teórico-políticas críticas advindas do pensamento marxista, ainda que de forma mecânica, vulgar e simplificadora, visto que se tratava de um *marxismo sem Marx*.

Esse cenário concretizou uma crítica às bases teóricas e ideológicas do tradicionalismo profissional, com repercussões em vários níveis: na organização da categoria, na formação e no exercício profissional. Um dos marcos iniciais da intenção de ruptura ocorrida a partir da década de 1970 foi a experiência da escola de Serviço Social de Minas Gerais – o método B.H. –, proposta na primeira metade da referida década e interrompida no contexto do governo Geisel, envolvendo as dimensões da formação e do exercício.

No âmbito da organização da categoria, o grande marco inovador foi a instauração de uma perspectiva sindical combativa e classista, articulada às lutas mais gerais do conjunto dos trabalhadores, e de um movimento de democratização dos conselhos de fiscalização, que deixaram de ter uma atuação meramente cartorial a partir dos anos 80. Estes passam a ter como horizonte a defesa da qualidade dos serviços prestados ao usuário, bem como da imagem da profissão, exercendo a fiscalização em uma direção político-pedagógica, em termos de zelar pelo

cumprimento dos princípios do novo projeto profissional, que foi buscando hegemonia em relação ao conservadorismo, e, nos anos 90, foi adensado e denominado *projeto ético-político do serviço social*. Um dos primeiros marcos desse processo de renovação foi o Congresso de 1979, em que a mesa de abertura, composta por integrantes do governo ditatorial, foi substituída por representantes das lideranças dos trabalhadores.

No nível da formação, a tendência renovadora possibilitou a implantação de um novo currículo em 1982, rompendo com o conservadorismo teórico-metodológico e ético-político, ancorado no positivismo, no funcionalismo, no desenvolvimentismo e no idealismo abstrato neotomista. Este marco de ruptura na formação superou posturas tecnicistas e apontou para um novo perfil profissional, com capacidade de atuar no planejamento, na gestão e execução de programas e projetos, bem como de produzir conhecimento sobre a realidade e sobre a sua prática.

A reforma curricular de 1982 teve sucessivas atualizações, no propósito de acompanhar o processo de amadurecimento teórico-político alcançado pela profissão, em nível acadêmico, sobretudo alavancado pela implementação da pós-graduação na área e pela ampla disseminação da produção crítica promovida pelas publicações da Editora Cortez.

Em nível de fiscalização e elaboração de balizas para o exercício profissional, este processo de amadurecimento expressou-se na elaboração do Código de 1986, na nova Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e, no triênio 1990/93, na elaboração de um amplo e massivo processo de debate ético, que culminou com a aprovação do Código de Ética de 1993. O Código de Ética Profissional aprovado em 1986, ainda que expressando uma compreensão instrumental e simplificadora do pensamento marxista, constituiu um inegável marco de ruptura com a ética da neutralidade, apresentando como inovação a figura da denúncia. Com isso, supera-se a perspectiva corporativista e inaugura-se um novo patamar ético, que assume claramente a idéia de compromisso com a classe trabalhadora e a recusa à ordem burguesa. Além disso, expressa uma nova visão de homem: um ser concreto, vivo, propositivo, livre, dotado de vontade, interessado, um sujeito autor da história coletiva e de sua própria história.

O Código de 1993, a Lei de Regulamentação e as Diretrizes Curriculares colocam a centralidade do trabalho e da questão social, constituindo-se balizas para o exercício que tem na competência teórica, ética e técnico-operativa o pilar para a materialização do ideal do compromisso. Nesse sentido, o grande avanço dos anos 90 foi a reafirmação dos ganhos obtidos nos anos 70 e 80, obtendo-se instrumentos normativos que ganham em legitimidade e eficácia, na direção da construção de uma ordem societária que assegure a plena realização do ser social e a socialização econômica e política das riquezas materiais e espirituais produzidas. Isso aponta para a defesa radical de todos os direitos para todos (as) e para a superação de todas as formas de desigualdade, o que é impensável nos marcos da ordem burguesa. Assim, o desafio se coloca em reafirmar valores sociocêntricos na contramão de projetos de continuidade da defesa dos interesses do grande capital nacional e internacional.

Hoje, 35 anos depois do início desse processo de renovação protagonizado por centenas de mãos, corações e mentes, o projeto ético-político emancipatório continua em disputa com diferentes projetos. Mas, os 35 anos dessa direção social estão inscritos na história e seu legado está em

*pauta*. Essa direção social demanda continuidade das lutas, com alianças com as forças sociais progressistas. E a história continua...

.....**Maria Berenice Couto**

Penso que o principal marco que sustentará as conquistas da profissão nesses 35 anos pós-1970 é a filiação teórica ao pensamento crítico, pois ele nos oferece as condições objetivas de repensar todo o projeto profissional, desde os seus elementos formativos, organizativos até a compreensão da potencialidade do trabalho profissional. A grande conquista do Serviço Social está associada ao entendimento dos profissionais como componentes da classe trabalhadora, portanto uma profissão que sofre inflexões do mercado de trabalho e que deve responder a demandas advindas da classe trabalhadora. Ao identificar a questão social como objeto do trabalho profissional, redefine suas possibilidades de contribuir, impactando na realidade de forma a referendar as resistências a todas as formas de opressão colocadas na sociedade. Essa compreensão exigiu dos assistentes sociais uma formação teórica consistente, que oferecesse os elementos para repensar o trabalho.

Nessa perspectiva, a organização política dos Assistentes Sociais, desde a sua organização sindical, passando pela regulação do exercício profissional e pelas entidades de formação e movimento dos estudantes, vai ganhar uma densidade de debate que focaliza a profissão pelo seu valor social, para além de representações corporativas. Assim, essas entidades vão ter um papel protagonista na interlocução do Serviço Social com as demais profissões e movimentos sociais, garantindo a presença da profissão nas mais variadas frentes que defendem o movimento de redemocratização e a garantia de direitos sociais no Brasil. Nessa direção, a defesa da criação da central sindical-CUT no Brasil contou com a adesão dos assistentes sociais, assim como com todos os movimentos na defesa de garantias jurídicas para os direitos sociais dos trabalhadores. As entidades realizaram inúmeros seminários, encontros, Congressos na perspectiva de oferecer aos Assistentes Sociais subsídios para a sua inserção nessas lutas, cumprindo, assim, com o papel de contribuir com a consolidação de um campo hegemônico de trabalho para os Assistentes Sociais, na defesa e na ampliação dos direitos sociais.

Ainda nesse campo da organização da categoria, a revisão e a construção de um novo arcabouço jurídico institucional para o exercício profissional foram um marco na profissão, pois através de um processo participativo, com a representação de assistentes sociais de todos os cantos do Brasil, foi escrito o Código de Ética vigente. Para fazê-lo, o Serviço Social fez importantes interlocuções com filósofos, juristas, cientistas políticos, enfim com as mais diversas áreas do conhecimento, na certeza de que esse instrumento deveria referendar o exercício profissional dentro da perspectiva de seu compromisso com a emancipação da classe trabalhadora.

Além disso, no campo das políticas sociais, principalmente na constituição das leis que hoje as garantem no Brasil, houve uma participação efetiva da categoria, que também tem participado das diversas instâncias de controle social, na representação dos trabalhadores da área e na firme defesa dos direitos da população.

No campo da formação ganha destaque o trabalho de revisão das diretrizes curriculares, na perspectiva de oferecer uma formação generalista, consistente na formação teórico-metodológica, que equipe os profissionais no campo técnico-operativo das condições de materializar a direção ético-política.

O grande esforço empreendido pela profissão nesses 35 anos foi, a meu ver, tentar constituir o projeto ético-político profissional a partir de uma noção de totalidade, no qual as três áreas, a saber, organização política, formação e exercício profissional, devem caminhar juntas, tanto no que se refere ao debate desse projeto

como em todos os desafios que são postos à profissão hoje. Esse projeto colide frontalmente com a forma fragmentada de compreender a realidade e responder aos desafios postos pela contemporaneidade.

O grande desafio hoje colocado é o de manter a hegemonia do projeto ético-político profissional como alicerce profissional. A nova reestruturação capitalista em curso desafia cada vez mais os profissionais, por todas as suas inflexões no campo da desproteção social, a rever as estratégias construídas sob a égide do estado de bem-estar social, e a sintonizar a formação, a organização da categoria e o exercício profissional no campo da resistência dos trabalhadores ao movimento de opressão do capital. E isso exige firmeza de posição e clareza de direção!

.....**Marieta Koike**

No âmbito do Serviço Social, dava-se a implantação do Currículo de 1982 e, pela firme direção social assegurada pelas entidades organizativas do campo profissional, ofereciam-se condições político-pedagógicas privilegiadas para o fortalecimento do processo de ruptura com as raízes conservadoras da profissão.

Essa é a década em que passamos a estudar em obras de autores do Serviço Social brasileiro, em formulações fundamentadas na matriz marxiana. São exemplares dessa primeira safra o texto seminal de Yamamoto e Carvalho (1982) e obras como a de Faleiros (1980); Carvalho (1983); Yazbek (1985); Mota (1985); Sposati (1988); Martinelli (1989) e a produção de artigos socializados na Revista *Serviço Social e Sociedade*, em circulação nacional desde 1979. Produção que dava visibilidade intelectual aos assistentes sociais e ombreava o Serviço Social a outras áreas das Ciências Sociais.

Mas, a despeito da mobilização política que o fim da ditadura e a retomada das liberdades democráticas suscitavam no país, o enfrentamento da crise golpeou profundamente as classes subalternizadas.

Demissões massivas de trabalhadores, perdas salariais na esteira dos sucessivos planos econômicos, inflação atingindo a casa dos quatro dígitos ao fim do governo Sarney e a posse de Fernando Collor de Melo marcam a entrada do Brasil no último decênio do século XX.

E aí temos, sem subterfúgios, a mais clara formulação de um projeto societário para o Brasil articulado (de forma desigual e subordinada) ao projeto único da hegemonia mundializada do capitalismo. A festejada morte do socialismo deixa o terreno livre para o florescimento das ideologias do neoliberalismo, da globalização e da sociedade do conhecimento, que se diz manifestação suprema do pós-capitalismo.

Estavam dadas as condições políticas e econômicas para a grande ofensiva do capital no enfrentamento da sua própria crise instalada no começo dos anos 70.

Época de reestruturações na esfera da produção, reatualizando os mecanismos e processos para o aumento da exploração do trabalho vivo; período de ajustes na estrutura do Estado, extinguindo mediações que representavam ganhos históricos da luta organizada das classes trabalhadoras; terreno propício ao florescimento de uma ideologia pautada no pensamento único e na perenização da ordem do capital. Processos de recuperação do padrão de acumulação do capital que infligiram profundas derrotas aos trabalhadores.

Pois bem, é nesse solo minado dos anos 90 que o Serviço Social no Brasil dá um grande salto intelectual, político, prático e organizativo, consolidando a direção social estratégica que vinha sendo delineada desde os anos 70. Os feitos e avanços desse período são inúmeros e deles dispomos de espaço apenas para nomear os que nos parecem estruturadores do projeto teórico-prático e ideopolítico hegemônico que orienta

a profissão na perspectiva da superação da ordem capitalista. Projeto societário que torna claro para a categoria profissional desbordar do seu âmbito corporativo, por lançar-se como horizonte histórico do ser social, verdadeiro sentido da emancipação humana.

Nessa perspectiva, mencionamos as revisões do Código de Ética Profissional, da lei de regulamentação da profissão, ambos em 1993, e do Currículo/1982, em 1996, resultando nas atuais Diretrizes Curriculares que referenciam os projetos pedagógicos dos cursos de graduação no país.

No processo de permanência e transformação que caracteriza o Serviço Social no Brasil, o avanço é, sem dúvida, imenso. E, como essa construção coletiva esteve permanentemente rodeada de desafios (como de resto qualquer processo que venha a colidir com as relações sociais postas e se insurja contra a reprodução da Ordem) cabe agora nomear determinações que no atual momento histórico da sociedade mundial e brasileira ameaçam este avanço.

O pano de fundo dessas determinações são o aprofundamento e a generalização da crise do capital, desencadeando movimentos de contratendência de caráter regressivo do padrão civilizatório. Seus desdobramentos se expressam em:

1. profusão de ideologias reiteradoras do sistema, invadindo os campos acadêmico-intelectual (a pesquisa, a produção do conhecimento, as práticas, as relações de trabalho e pedagógicas), com forte incidência nos processos da formação profissional em todos os níveis;
2. a mercantilização da vida social, recobrando todos os espaços e práticas do cotidiano dos sujeitos sociais. Campos sociais até então abrigados na esfera pública e distanciados dos negócios tornaram-se, rapidamente, a nova fronteira da acumulação do capital.
3. a constituição de outra sociabilidade estruturada na competitividade, no pragmatismo e empreendedorismo. Requerimentos à subjetividade dos sujeitos, necessários à reatualização das relações sociais de produção.

Se esses são determinantes da realidade macrosocial, na particularidade do Serviço Social a profissão vê-se desafiada a:

- manter a direção social das instituições organizativas da profissão (ABEPSS, CFESS/ CRESS, ENESSO), a fim de assegurar continuidade na direção social estratégica até aqui coletivamente construída;
- produzir idéias que se confrontem criticamente com o ideário neoliberal e pós-moderno;
- oferecer respostas qualificadas e coladas às demandas dos usuários;
- superar o hiato entre a vanguarda e a base da profissão.

Mas, como a própria trajetória da profissão no país deixa ver, a história de sua maturidade foi tecida na contramão do que estava posto: como resistência, aliada aos interesses das classes trabalhadoras. E, para nós, a salvação reside precisamente aí.

#### .....**Maria Carmelita Yazbek**

Em 2006 comemoramos setenta anos do Serviço Social brasileiro. Somos o maior colégio de assistentes sociais da América Latina e o segundo do mundo conforme o CFESS. Nós nos construímos com a colaboração de muitas gerações, de muitas lutas, de confrontos entre projetos, mas sempre numa arquitetura coletiva. Nos últimos 35 anos no bojo do Movimento de Reconceituação e em seus desdobramentos históricos, em que se definem e se confrontam diferentes tendências para a profissão, quer do ponto de vista de seus fundamentos teóricos e

metodológicos, quer do ponto de vista de sua intervenção social e política, construímos um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e os interesses da população usuária de nossos serviços.

Num balanço dessa construção, são muitos os marcos e marcas que foram sendo cunhados. Eu destacaria alguns deles:

a) a interlocução com o marxismo. É, sobretudo, com lamamoto, no início dos anos 80, que a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. É no âmbito da adoção do marxismo como referência analítica que se torna hegemônica no Serviço Social no país a abordagem da profissão como componente da organização da sociedade inserida na dinâmica das relações sociais, participando do processo de reprodução dessas relações, cf. lamamoto e Carvalho (1982). Este referencial, a partir dos anos 80 e avançando nos anos 90, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país. Vai permear as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares); os eventos acadêmicos e aqueles resultantes da experiência associativa dos profissionais, como suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários; está presente na regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética.

Obviamente, esse processo de construção da hegemonia de novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos, a partir da tradição marxista, para a profissão ocorre em um amplo debate em diferentes fóruns de natureza acadêmica e/ou organizativa, além de permear a produção intelectual da área. Trata-se de um debate plural, que implica a convivência e o diálogo de diferentes paradigmas, mas que supõe uma direção hegemônica. Este debate expressa-se na significativa produção teórica do Serviço Social brasileiro, que vem gerando uma bibliografia própria, e que tem na criação e na expansão da pós-graduação, com seus cursos de mestrado e doutorado, iniciada na década de 1970, um elemento impulsionador.

b) a explicitação de um projeto ético-político profissional.

Na passagem anos 80 para os anos 90, o quadro que se observa no Serviço Social brasileiro é de maturação, como afirma Netto, (1996, 108-111). Maturação que expressa rupturas com o seu tradicional conservadorismo e se expressa pela democratização da convivência de diferentes posicionamentos teórico-metodológicos e ideopolíticos no final da década. Maturação que ganhou visibilidade na sociedade brasileira pela intervenção dos assistentes sociais, através de seus organismos representativos, nos processos de elaboração e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (dezembro de 1993) e nas pressões a esse projeto. Entendemos que essa maturação do Serviço Social não se faz sem referentes, mas segue uma direção social apoiada na força de um projeto profissional ético, político, teórico, metodológico e técnico operativo.

São expressões desse projeto:

*- A busca de ruptura com o histórico conservadorismo no pensamento e na ação profissional, na perspectiva de comprometer a profissão com os interesses e necessidades de seus usuários.*

*- O avanço de sua produção de conhecimentos, sobretudo com o desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social no país. Hoje temos no país 23 cursos de pós-graduação, dos quais nove oferecem curso de Mestrado e Doutorado. Convém observar que este acúmulo teórico instala no âmbito do Serviço Social uma massa crítica e um amplo debate que vai favorecer a construção do projeto profissional.*

- *O debate sobre a formação profissional e a reforma curricular desencadeada e acompanhada pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS (posteriormente ABEPSS), que impulsionou a revisão curricular de 1982 e as atuais Diretrizes Curriculares, que se encontram em avaliação.*
- *A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº. 8662, de 07/06/1993) que dispõe sobre o exercício profissional, suas competências, suas atribuições privativas e os fóruns que objetivam disciplinar e defender o exercício da profissão – o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social que acompanham e fiscalizam o exercício profissional.*
- *O Código de Ética aprovado em 13 de março de 1993 pela resolução do CFESS, que define para o assistente social seus princípios éticos fundamentais.*

c) no início do novo século, mais um marco: a busca da consolidação do projeto e a defesa dos direitos sociais, da cidadania e da democracia, no difícil contexto de aprisionamento pela agenda neoliberal.

#### .....BIBLIOGRAFIA.....

- ABRAMIDES, Maria Beatriz e CABRAL, Maria do Socorro. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- CARVALHO, Alba Pinho. *A questão da transformação e o trabalho Social: uma análise gramsciana*. São Paulo: Cortez, 1983.
- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Assistente social: Ética e direitos - Coletânea de Leis e Resoluções*. Rio de Janeiro: CRESS - 7ª Região, 2000.
- FALEIROS, Vicente de P. *A política social do Estado capitalista. As funções da previdência e assistência sociais*. São Paulo: Cortez, 1980.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MOTA, Ana Elizabete. *O feitiço da ajuda*. São Paulo: Cortez, 1985.
- NETTO, José Paulo. "Serviço Social: questões presentes para o futuro". *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº. 50, pp. 87-132, abr. 1996.
- SERRA, Rose. *A vontade política – nova e explícita – da categoria profissional*. Rio de Janeiro, 1995. mimeo.
- SPOSATI, Aldaíza. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.
- YAZBEK, Maria Carmelita et alii. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo: Cortez, 1985.